

CIBERATIVISMO DO WIKILEAKS E A POLÍTICA EXTERNA ESTADUNIDENSE: O CASO DA GUERRA DO IRAQUE

Anna Laura Cunha Tibery

Resumo

O presente trabalho visa apresentar o ciberativismo atuado pelo site Wikileaks, um canal midiático onde são publicadas postagens sobre assuntos delicados, e sua repercussão nas relações exteriores dos Estados Unidos da América. Com maior ênfase no caso da Guerra do Iraque de 2003 a 2011, procura analisar se as divulgações do Wikileaks sobre os abusos e torturas do conflito em questão tiveram algum impacto sobre o fim efetivo desse em 2011. Ademais, observa e considera o Wikileaks sob a ótica de ator transnacional, onde esse engaja conscientização e influencia ideias, interesses e preferências através da difusão de informações.

Palavras-chave: Wikileaks; Estados Unidos da América; Guerra do Iraque; Ciberativismo; Ator Transnacional.

Abstract

This paper aims to present the cyber-activism of Wikileaks, a media channel where postings on sensitive issues are published, and its repercussions on the exterior relations of the United States of America. With emphasis on the Iraq War from 2003 to 2011, it seeks to analyze whether Wikileaks' disclosures of the abuses and tortures of the conflict in question have had any impact on its effective end in 2011. In addition, it notes and considers Wikileaks under transnational actor perspective, which this engages awareness and influences ideas, interests and preferences through the diffusion of information.

Keywords: Wikileaks; United States of America; Iraq War; Cyber-activism; Transnational Actor.

¹ Artigo científico apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais como Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção de grau de Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia, sob orientação do Prof. Dr. Filipe Almeida do Prado Mendonça e coorientação da Profª. Dra. Bárbara Vasconcellos de Carvalho Motta.

1 INTRODUÇÃO

O ciberativismo é classificado como uma forma de ativismo realizado através de meios cibernéticos para a realização, divulgação, e mobilização de causas políticas, sociais ou culturais. É uma alternativa aos meios de comunicação tradicionais, uma vez que permite a fuga do monopólio da opinião pública que geralmente ocorre nestes (CAPUTO, 2008; MILAN, 2013). Assim, o Wikileaks se encaixa como um exemplo de instrumento de ciberativismo, já que é um canal midiático caracterizado como organização transnacional sem fins lucrativos que divulga documentos e informações confidenciais, vazadas de governos ou empresas por fontes anônimas, sobre assuntos delicados.

O Wikileaks foi criado em 2006 por Julian Assange, um ciberativista australiano, com a intenção de revelar as raízes de abuso de poder e conquistar um mundo com maior liberdade de expressão, fazendo pressão para que os países ou empresas tomassem maior responsabilidade por suas ações. À vista disso, desde 2007 por meio de ferramentas tecnológicas que asseguram o anonimato dos divulgadores – que podem ser qualquer pessoa de qualquer parte do mundo –, o Wikileaks vem publicando grandes quantidades de documentos confidenciais. (ASSANGE, 2013; LEIGH; HARDING, 2011)

Assim, em 2010, o Wikileaks ganhou visibilidade ao divulgar, em parceria com grandes aliados dos meios tradicionais de comunicação como os jornais The Guardian e The New York Times, vários relatórios sigilosos do governo do Estados Unidos da América. Desde seu princípio, a organização acompanha com maior foco a apuração das ações de política externa dos EUA, divulgando conteúdos, por exemplo, de comunicações confidenciais entre as embaixadas do mundo todo com o país em questão, expondo todo tipo de situações sensíveis e relatórios da época da Guerra do Iraque que revelou diversos casos de abusos, violações e torturas das tropas estadunidenses com os iraquianos.

À vista disso, procura-se neste trabalho analisar se o Wikileaks teve algum efeito sobre as relações exteriores dos EUA, e em especial no caso da Guerra do Iraque, investigando se as divulgações influenciaram de alguma forma o fim efetivo do conflito. Para essa argumentação, entende-se que o Wikileaks se caracteriza no papel de ator transnacional, uma vez que suas divulgações podem propiciar uma influência de ideias, preferências e opiniões. Dessa maneira, o trabalho será estruturado em três seções, além da introdução e conclusão.

A primeira seção traz um arcabouço teórico sobre atores transnacionais, compreendendo sua classificação segundo autores da área como Richard Price, Marcel Merle, Daniel Béland e Mitchell Orenstein, além de observar e explicitar o advento da sociedade em rede e o

movimento que se beneficia disso que é o ativismo, totalizando no ciberativismo praticado pelo Wikileaks. Na segunda seção, o objetivo é apresentar o Wikileaks, tais como suas divulgações e seu modo de funcionamento, e mostrar sua relação com os Estados Unidos, englobando as reações do país quanto às informações vazadas e exemplos de casos das relações exteriores estadunidenses após as divulgações. E por fim, na última seção, destaca-se o caso da Guerra do Iraque, fazendo um panorama das divulgações e das ações feitas pelos EUA e o Iraque, analisando se o Wikileaks teve algum impacto nos acontecimentos e na decisão do fim efetivo da guerra.

O trabalho utilizará de uma abordagem hipotético-dedutiva já que se investigará se houve efeito do Wikileaks sobre as relações exteriores dos EUA enquanto ator transnacional. Ademais, o trabalho será conduzido por meio da metodologia qualitativa, através da observação, análise documental e de notícias – devido à contemporaneidade do caso e da própria natureza midiática da organização -, além de revisão bibliográfica.

2 ATORES TRANSNACIONAIS: SOCIEDADE EM REDE, ATIVISMO E CIBERATIVISMO

Segundo o autor Castells (2011), o advento nas últimas décadas da revolução tecnológica centralizada nas tecnologias da informação vem refazendo a base material da sociedade aceleradamente, apresentando uma nova forma de relação entre a economia, o Estado, e a sociedade. Ainda segundo o autor, as redes interativas de computadores estão crescendo exponencialmente, e de acordo com ele:

[...] cada vez mais, as pessoas organizam seu significado em torno do que fazem, mas com base no que elas são ou acreditam que são. Enquanto isso, as redes globais de intercâmbios instrumentais conectam e desconectam indivíduos, grupos, regiões, e até países, de acordo com sua pertinência na realização dos objetivos processados na rede, em um fluxo contínuo de decisões estratégicas. (CASTELLS, 2011, p. 41)

As novas tecnologias da informação, propiciadas pela globalização, estão integrando o mundo em redes globais de instrumentalidade, uma vez que a comunicação mediada por computadores gera uma grande quantidade de comunidades virtuais (CASTELLS, 2011). E, dessa maneira “a globalização a partir de baixo amplia o senso de comunidade, afrouxando os laços entre soberania e comunidade, mas construindo um sentimento mais forte de identidade com os sofrimentos e aspirações dos povos, um "nós" mais amplo” (FALK, 1995 apud BAKER; CHANDLER, 2005, p. 4).

A sociedade em rede organiza e propaga seus princípios individuais ou coletivos, tornando-se autônoma e independente de instituições e do Estado. Para Kaldor (2003 apud BAKER; CHANDLER, 2005), essa sociedade abriu espaço para novas possibilidades de emancipação política:

Quer estejamos falando de dissidentes isolados em regimes repressivos, trabalhadores sem terra na América Central ou na Ásia, campanhas globais contra minas terrestres ou dívida do terceiro mundo... O que mudou foram as oportunidades de se relacionar com outros grupos afins em diferentes partes do mundo, e para atender às demandas não apenas do Estado, mas de instituições globais e outros estados... Em outras palavras, uma nova forma de política, que chamamos de sociedade civil, é tanto um resultado quanto um agente de interconexão global (KALDOR, 2003 apud BAKER, CHANDLER, 2005, p. 4).

Dessa forma, há um novo espaço de ação cidadã global, e, além disso, há uma ética global emergente que estimula esse espaço; essa ética que equivale ao consenso moral de valores fundamentais em sociedades civis históricas no apoio a novas estruturas institucionais de governança democrática. Dessa forma, no passado, a mídia impressa ajudou a vida cotidiana com um novo sentimento de pertencimento e união. Em contrapartida, nos dias de hoje, a Internet está sendo usada de forma semelhante por milhares de cidadãos do mundo, trocando informações e opiniões através das fronteiras (BAKER; CHANDLER, 2005).

A soma de vários indivíduos formando uma opinião pública por meio da rede, advogados pela mídia cibernética, começam a possuir poder de interferir nos assuntos políticos que ultrapassam as fronteiras do Estado. De acordo com Vives (1979), “a opinião pública não é o nome de algo, senão uma classificação de uma série de algos”, ou seja, “uma soma de opiniões individuais sobre uma questão de interesse público, podendo exercer tais opiniões certa influência sobre o comportamento de um indivíduo, de um grupo ou de um governo” (VIVES, 1979, p. 300).

Segundo Norberto Bobbio (1992 apud OLIVEIRA, 2010, p. 83), o fenômeno da opinião pública “pressupõe uma sociedade civil distinta do Estado, uma sociedade livre e articulada, onde existam centros que permitam a formação de opiniões não individuais”, propiciando uma maior participação política devido ao fluxo de informações. Assim, de acordo com Oliveira (2010), vê-se então a mídia não apenas como portadora de informações, mas também como um espaço de mediação para a construção de imagens e ideias sobre variadas questões; é, especialmente no ciberespaço, um lugar onde os cidadãos podem falar, ouvir e serem ouvidos.

Isto é, os cidadãos em seus variados papéis ao acessar o espaço simbólico de mediação produzido pelas tecnologias, usam desse espaço na construção de sua autonomia individual e

coletiva, formando uma verdadeira sociedade em rede. As tecnologias como ferramentas de mediação permitem acesso à informação e à organização e participação em acontecimentos, se tornando assim, um lugar para o exercício da cidadania em rede (OLIVEIRA, 2010).

Assim, o movimento que se beneficia disso é o ativismo, uma vez que as redes ajudam na propagação de ideias. À vista disso, o ativismo em ação pode ser classificado como uma sociedade civil transnacional, já que essa se refere à grupos de defesa auto organizados que realizam ações coletivas voluntárias através das fronteiras do Estado em busca daquilo que consideram do interesse público (PRICE, 2003). Ou seja, um grupo de indivíduos que praticam ativismo visando uma mudança social ou política através da defesa, propagação, e manifestação de ideias, como, por exemplo, o Wikileaks, objeto de estudo deste trabalho. “A sociedade civil em geral é comumente empregada para se referir a um "terceiro sistema" de agentes, a saber, cidadãos organizados privadamente como distintos do governo ou de atores que buscam lucros”² (PRICE, p. 580, 2003, tradução nossa).

Tendo isso em consideração, os membros da sociedade civil transnacional têm como objetivo influenciar a agenda internacional. Por exemplo, alguns dos acontecimentos de notoriedade da política mundial, como a Primavera Árabe³, foram cidadãos transnacionais que estavam na frente ou no centro da evidência que representa os resultados: fim da repressão de Estados, suspensão de projetos, e até mesmo simples vitórias de mudanças de percepção da sociedade (ASSANGE, 2013; MILAN, 2013)

Dessa forma, os ativistas não buscam somente mudar os interesses e identidades dos atores no cenário internacional, mas também os âmbitos em que esses atuam, ou seja, as estruturas de poder e seus significados. É visto que a sociedade civil transnacional atua com típica desvantagem em termos de poder material se comparando aos Estados e outras entidades como multinacionais, mas buscam outras maneiras de desenvolver e promover ideias internacionais através, por exemplo, das novas tecnologias da informação como a Internet (BÉLAND, ORENSTEIN, 2009).

Assim, segundo Price (2003), se estabelece que os ativistas transnacionais obtêm sua autoridade e relevância por meio de três fontes: expertise, influência moral, e reivindicação de legitimidade política. De acordo com ele, essa autoridade concedida a sociedade civil transnacional por meio da expertise, influência moral, e reivindicação de legitimidade política

² “Civil society in general is commonly employed to refer to a "third system" of agents, namely, privately organized citizens as distinguished from government or profit-seeking actors.” (PRICE, p.580, 2003)

³ Primavera Árabe foi uma onda revolucionária de protestos e manifestações que aconteceram no Oriente Médio e no norte da África a partir do final de 2010.

é primordial na sua influência, pois confere a noção aos tomadores de decisões e aos cidadãos de que as questões impulsionadas por ela são fundamentadas.

Isso acontece uma vez que a sociedade civil transnacional tem como papel trazer informações e preocupações morais à luz, como disse Risse (1999 apud FLORINI, 2000, p. 186): “A autoridade moral está diretamente relacionada à reivindicação da sociedade civil transnacional de representar de alguma forma o interesse público "ou o bem comum" em vez de interesses privados”.

Entretanto, o sucesso dos ativistas transnacionais depende de alianças tácitas com agentes domésticos nos estados-alvos que possam manter suas questões na agenda internacional e fornecer informações aos aliados internacionais. Assim, os aliados da sociedade civil transnacional em âmbito nacional são tipicamente cruciais para o sucesso das campanhas ativistas transnacionais, e, na sua ausência, a única via são as elites que se importam com a reputação do país (PRICE, 2003).

Por conseguinte, os membros da sociedade civil transnacional não tentam apenas fazer uso de oportunidades políticas as quais são apresentados, mas também tentam criar essas oportunidades. Logo, pode-se atestar o efeito crescente dos ativistas na sociedade internacional, influenciando ideias e incitando mudanças, em alguns casos com aliados nacionais, ampliando seu trabalho de rede ativista e aumentando sua autoridade, o que consequentemente, escala sua potencial influência (PRICE, 2003).

Desse jeito, pode-se considerar a sociedade civil transnacional na esfera de atores transnacionais, já que esses atores fazem com que outros atores internacionais mudem suas posições discursivas e procedimentos institucionais, além de influenciar a mudança de políticas e comportamento (KECK; SIKKINK, 2014). Por isso, se faz valer o debate de classificação dos atores transnacionais dentro das Relações Internacionais.

Nesse sentido, as Relações Internacionais são compreendidas como um conjunto de atores e cenários correlacionando-se, ou seja, os atores realizam os fluxos e os cenários são os espaços específicos em que esses ocorrem. Ambos elementos são orientados segundo papéis determinados. Por exemplo, no caso dos atores, a definição desses se difere a partir da linha teórica: algumas reconhecem apenas o Estado, e outras reconhecem vários atores, como organizações governamentais e não-governamentais, indivíduos e instituições privadas (OLSSON, 2006).

Nas teorias das Relações Internacionais como, por exemplo, o realismo e o institucionalismo, sofreram com a perda de apreciação de alguns estudiosos após o advento da Segunda Guerra Mundial, já que mostraram seu fracasso em reconhecer a importância das

ações de outras entidades uma vez que eram centradas apenas nas ações relacionadas ao Estado. Com isso, a atenção volta-se para a política interna das nações e para as relações transnacionais, o que resultou na década de 1990, no surgimento do debate sobre o fenômeno da globalização, e nas novas teorias sobre atores transnacionais (RISSE, 2002).

Em vista disso, os atores transnacionais são definidos, de acordo com Béland e Orenstein (2009), como atores individuais ou coletivos que procuram influenciar políticas em variados países por meio da defesa de propostas políticas. Eles podem abarcar organizações internacionais, comunidades epistêmicas, empreendedores políticos individuais, e até sociedades civis transnacionais, dentre outros (BÉLAND; ORENSTEIN, 2009).

O autor Merle (1981) estabelece os deslocamentos de pessoas, as trocas de mercadorias, as movimentações de capitais, ou a circulação de ideias como pressuposto para que qualquer grupo ou indivíduo possa ser um ator potencial e ocasional nas relações internacionais. Inclusive, define que as “forças transnacionais são os movimentos e as correntes de solidariedade de origem privada que tentam estabelecer-se através das fronteiras e fazer valer ou prevalecer seu ponto de vista no sistema internacional” (MERLE, 1981, p. 277).

Isto posto, entende-se neste trabalho que o papel dos atores transnacionais é procurar influenciar as ideias e estratégias dos principais influenciadores em processos de decisão em vários países, de acordo com suas agendas. As práticas transnacionais englobam técnicas ideológico-culturais, educando, socializando, e influenciando ideias e preferências, além de utilizar expressivamente os avanços nas comunicações e informática para a difusão de seus interesses (OLSSON, 2006).

Ainda segundo os autores Béland e Orenstein (2009), os atores transnacionais são representados como “atores de propostas” frente aos atores de tomada de decisão – os chamados *veto players*, que possuem a capacidade de vetar resoluções -, onde instigam de alguma forma as ideias e preferências dos principais agentes de veto nacionais, afetando as políticas públicas no mundo todo. Eles ainda comparam os atores transnacionais com *think tanks*, no sentido da semelhança em que desempenham um papel central na difusão de ideias políticas por meio de seu envolvimento nos meios de comunicação social, de publicações, de seus contatos regulares com os tomadores de decisões, e afins (BÉLAND, ORENSTEIN, 2009).

Ademais, os atores transnacionais podem ser dispostos em um *continuum*, no qual de um lado, esses atores dependem quase exclusivamente da influência ideacional, possuem muita capacidade de gerar pensamentos, mas poucos recursos. No lado oposto, estão os atores que dependem quase exclusivamente de recursos, possuem fundos para influenciar a política

em vários países, mas necessita da capacidade geradora de ideias, o que os obriga a pegar emprestado ideias de outras organizações (BÉLAND, ORENSTEIN, 2009).

Assim, ressalta-se a óbvia heterogeneidade dos atores transnacionais - o que em alguns casos pode afetar sua influência concreta -, variam em tamanho e capacidade, e cobrem uma diversidade de áreas políticas, regiões do mundo, dentre outros. Então, considerando a variação da influência dos atores transnacionais, pode-se dizer que as estruturas domésticas mediam, filtram e refratam seus esforços e das alianças transnacionais nas várias áreas temáticas. Para superar esses obstáculos, os atores transnacionais precisam ter acesso ao sistema político de seu “estado alvo”, e devem gerar ou contribuir para coalizões políticas “vencedoras” a fim de mudar as decisões na direção desejada (BÉLAND; ORENSTEIN, 2009; RISSE, 2002).

Diante disso, é possível ter casos onde os atores transnacionais influenciam com sucesso as mudanças políticas de um Estado, enquanto em outros falham, apesar de terem condições institucionais semelhantes em ambos. Isso pode ser explicado por meio de *insights* construtivistas⁴: quanto mais as novas ideias promovidas por coalizões transnacionais ressoam ou são compatíveis com identidades coletivas preexistentes e crenças de atores, mais influência eles terão (RISSE, 2002).

Dessa forma, destaca-se que o impacto dos atores transnacionais não depende apenas de seus próprios recursos e capacidades, mas também da vulnerabilidade de seus “alvos” – que podem ser estados, organizações internacionais ou corporações multinacionais – às pressões feitas por eles através, por exemplo, da internet. Essa vulnerabilidade pode ser classificada como preocupações quanto à reputação e a compromissos normativos. Ou seja, quanto mais esses agentes são envolvidos e comprometidos com identidades coletivas e normas advogadas pela rede, mais eles são vulneráveis aos atores transnacionais no caso da violação dessas normas (RISSE, 2002).

Logo, os atores transnacionais podem usar de várias estratégias de comunicação para pressionar e atingir seus objetivos, mobilizando as pessoas em torno de novas ideias e normas baseadas em seus princípios de interesse. Utilizam também dessas estratégias para constranger os atores, como os governos nacionais, lembrando-os de seus próprios padrões de adequação e identidades coletivas, exigindo que esses cumpram as normas (RISSE, 2002).

⁴ *Insights* construtivistas se referem à teoria das Relações Internacionais, denominada Construtivismo, que segundo seu principal teórico Alexander Wendt (1999) é a perspectiva pela qual o modo que o mundo material forma e é formado depende de interpretações normativas e epistêmicas dinâmicas das ações e interações humanas, ou seja, entende-se o mundo como socialmente construído.

É bom evidenciar que a influência transnacional tem seus limites, e os Estados continuam sendo atores fundamentais na governança e não podem ser ignorados. Além disso, muitas vezes o objetivo dos atores transnacionais não é voltado para moldar políticas diretamente, mas sim para engajar conscientização. Desse jeito, procuram mudar e construir uma sociedade civil transnacional, o que faz com que sua importância não seja subestimada (BÉLAND; ORENSTEIN, 2009).

Portanto, pode-se categorizar, diante de todas estas questões levantadas acima, o site Wikileaks como um ator transnacional. Ele enquanto canal midiático que publica postagens de fontes anônimas sobre assuntos delicados e constrangedores a fim de obter uma maior transparência dos Estados é um exemplo de mobilização da sociedade civil transnacional e de ciberativismo.

O ciberativismo é uma forma de ativismo que é realizado através de meios eletrônicos, como a internet, e é uma alternativa aos meios de comunicação de massa tradicionais, permitindo-lhes esquivar-se do monopólio da opinião pública que ocorre por estes a fim de ter mais liberdade e causar mais impacto. É um modo complementar de politização e mobilização, sendo democrático uma vez que qualquer pessoa que tenha acesso à internet pode fazê-lo, e dessa maneira ganha maior visibilidade para a causa que tenha em questão para que possivelmente consiga obter algum êxito (CAPUTO, 2008).

De acordo com a autora Milan (2013), o ciberativismo é definido da seguinte forma:

Por ciberativismo, quero dizer ação coletiva no ciberespaço que trata da infraestrutura de rede ou explora os recursos técnicos e ontológicos da infraestrutura para mudanças políticas ou sociais. Exemplos de ciberativismo incluem táticas de distúrbios eletrônicos e desobediência civil on-line, auto-organização e criação autônoma de infra-estrutura, hacking de software e hardware, e hacktivism. Vazamentos podem ser vistos como outro exemplo, pois aproveitam da capacidade de distribuição da Internet.⁵ (MILAN, 2013, p. 191, tradução nossa)

O Wikileaks por meio de suas ferramentas tecnológicas se tornou um espaço para o exercício da cidadania em rede, uma vez que qualquer um que tenha conteúdos relevantes e delicados podem divulgar no site anonimamente. Segundo seu criador, Assange (2013), o princípio do Wikileaks é a liberdade de informação para sociedade, revelando as raízes de abuso de poder tanto de Estados como de atores privados, o que faz seu conteúdo ser constrangedor para esses na maioria das vezes.

⁵ “By cyberactivism I mean collective action in cyberspace that addresses network infrastructure or exploits the infrastructure’s technical and ontological features for political or social change. Examples of cyberactivism include electronic disturbance tactics and online civil disobedience, self-organization and autonomous creation of infrastructure, software and hardware hacking, and hacktivism. Leaking can be seen as another example, as it takes advantage of the distribution capacity of the Internet.” (MILAN, 2013, p. 191)

Assim como atores transnacionais, o Wikileaks através de suas divulgações influencia ideias e percepções que podem afetar políticas, como no caso da Primavera Árabe, em que as revelações dos documentos demonstrando a corrupção dos governantes da Tunísia incitaram o começo das manifestações e protestos revolucionários (ASSANGE, 2013). Desse modo, o site Wikileaks bem como seu impacto será analisado mais detalhadamente a seguir.

3 WIKILEAKS

O site Wikileaks foi fundado em 2006 pelo jornalista Julian Assange como uma organização transnacional, atuando como um canal midiático que publica documentos confidenciais vindo de fontes anônimas sobre a má conduta de governos, empresas ou instituições. A entidade marcou um importante capítulo da história da internet por ser usada para forçar a transparência dos Estados pela primeira vez em grande escala. Além de usar do princípio do *crowdsourcing*, isto é, a produção de conhecimento pela livre disponibilização de conteúdos visando o bem coletivo (ASSANGE, 2013; LEIGH; HARDING, 2011).

O crescimento do Wikileaks é mais um indício das intrínsecas transmutações sociais em um planeta que se desenvolve cada vez mais globalizado e interconectado. “A Internet surge como a possibilidade de quebrar o monopólio da grande mídia, até então responsável por filtrar, sintetizar e condensar opiniões, discursos e informações de forma hierarquizada, em que poucos têm oportunidade de fala e a disputa pela visibilidade é intensa, num processo de estratificação que privilegia as elites com o poder de voz” (HABERMAS, 2003).

Tendo em vista a globalização, o Wikileaks não poderia ter nascido há 20 anos atrás com uma complexa rede de ativistas transnacionais de transparência – envolve cerca de 1.200 pessoas em todo o mundo -, dependendo de informações altamente sofisticadas, de comunicações e tecnologias de criptografia que apenas foram recentemente desenvolvidas (ROBERTS, 2011). Em seu site, o Wikileaks (2013) declara seu objetivo:

Nosso objetivo é trazer notícias e informações importantes para o público. Nós fornecemos uma maneira inovadora, segura e anônima de fontes para vazarem informações para nossos jornalistas (nossa caixa eletrônica). Uma de nossas atividades mais importantes é publicar material da fonte original junto com nossas notícias, para que leitores e historiadores possam ver evidências da verdade⁶ (WIKILEAKS, 2013, tradução nossa).

⁶ “Our goal is to bring important news and information to the public. We provide an innovative, secure and anonymous way for sources to leak information to our journalists (our electronic drop box). One of our most important activities is to publish original source material alongside our news stories so readers and historians alike can see evidence of the truth.” (WIKILEAKS, 2013)

O Wikileaks usa do jornalismo combinado com altos instrumentos tecnológicos, recolhendo as informações de fontes anônimas para a segurança dos envolvidos, e utilizando do software livre “TOR” que remove as informações dos pacotes de dados de navegação da internet e as envia para um caminho de difícil rastreamento, o que é popularmente chamado de “*deep web*”. Este sistema, inclusive, há tempo já havia sido muito usado pelo governo estadunidense nos anos 90, na época com o intuito de esconder informações sigilosas sobre a governança do país (LEIGH; HARDING, 2011).

O site ganhou notoriedade durante o ano de 2010 quando publicou vários documentos sigilosos do governo dos Estados Unidos da América, como o vídeo de um ataque de um helicóptero estadunidense matando mais de 12 pessoas, em Bagdá, na época da Guerra do Iraque. Essa e outras notícias tiveram fortes repercussões mundiais, já que estas revelações foram comparadas aos dos Papéis do Pentágono em 1971⁷. Isso atraiu parcerias para o Wikileaks dos meios tradicionais midiáticos como os jornais *El País*, *Le Monde*, *The Guardian*, e *The New York Times* (LEIGH; HARDING, 2011; ROBERTS, 2011).

Ademais, as revelações do site fizeram com que recebesse uma indicação ao Prêmio Nobel da Paz, e apoio de diversos líderes mundiais, inclusive do brasileiro Luis Inácio Lula da Silva, presidente à época. Dessa forma, segundo Cruz (2012):

Apoiada nos pressupostos da liberdade de informação e em conhecimentos avançados sobre informática e criptografia, a organização WikiLeaks - justaposição do termo wiki, em referência à ideia de cooperação digital da Wikipédia, e leak, que significa vazar, em inglês – foi pioneira no uso da tecnologia digital para desafiar, inicialmente, estados autoritários e corruptos e, mais recentemente, o poder estabelecido dos governos, grandes corporações e instituições envolvidas em práticas antiéticas e comprometedoras (CRUZ, 2012, p. 91).

A intenção de Julian Assange ao criar o Wikileaks era revelar as raízes de abuso de poder tanto de governos quanto de empresas, o que faz da sua criação uma ferramenta de testar os limites do poder, sendo em seu âmago uma forma de “desafiar o poder desafiando os canais normais de desafio de poder” (GIRI apud ESTOP, 2013, p. 6, tradução nossa). As revelações trazidas pelo Wikileaks são de relevância, entretanto, não porque seu conteúdo é surpreendente, e sim por fornecer evidências e documentos do que anteriormente eram apenas suposições e rumores, o que contém implicações políticas e possivelmente legais (ESTOP, 2013).

⁷ Os Papéis do Pentágono (*Pentagon Papers*) foi o nome dado ao documento secreto de 14 mil páginas do governo dos EUA sobre a história do planejamento interno e da política nacional estadunidense quanto à Guerra do Vietnã que foi divulgado pelo jornal *The New York Times* em 1971.

Considera-se que as relações exteriores tradicionalmente são uma reserva das elites, e ao longo das décadas passadas este monopólio foi quebrado pela entrada em grande proporção de atores não-estatais no sistema internacional como ONGs, sindicatos e redes de pessoas transnacionais voltadas para atender a população. Assim, as mídias sociais e o Wikileaks entram nesse novo campo de comunicação e dinamismo, entretanto, ao contrário das principais ONGs internacionais que são prestadoras de serviços e se abstém de críticas políticas, o Wikileaks possui uma abordagem contra hegemônica. Pois, tem-se que expor alvos que geralmente são taxados como politicamente incorretos – Irã, China, Síria – está em um padrão diferente de expor o hegemon. Como isso foi feito pelo site com os EUA, acabou tornando-se alvo de escrutínio pela mídia estadunidense, retratado como um ato de vandalismo e ciberterrorismo (PIETERSE, 2012).

O Wikileaks envolve-se numa problemática que se caracteriza como parte da política tecnológica do século XXI, onde possibilita e informa uma nova onda de cultura popular baseada na conscientização e emancipação. Dessa maneira, analisa-se que o site ao divulgar conteúdo secreto diplomático provocou uma inquietação e influenciou um novo bloco de ideias em relação aos sujeitos dos documentos revelados, como por exemplo, os Estados Unidos da América.

Desde seu início, o Wikileaks conduziu suas operações com maior foco na apuração das atividades de política externa dos Estados Unidos da América. De acordo com o seu próprio criador Assange (2013), o objetivo era apenas a conquista de um mundo com maior liberdade de expressão, e consequentemente pressionar os países a tomarem maior responsabilidade por suas ações. Assim, em 2010, o mundo viu o site Wikileaks ganhar visibilidade e nome ao publicar cerca de 250 mil telegramas diplomáticos – que corresponderiam à uma biblioteca com 2 mil livros se fossem impressos -, algo inédito e impensável se não fosse os adventos da tecnologia digital (CRUZ, 2012).

A correspondência continha comunicações confidenciais entre 274 embaixadas de países do mundo todo e o Departamento de Estado de Washington (DC), oferecendo um quadro da política do século XXI e expondo, sob a ótica estadunidense, corrupção, crimes, conspirações, pressões, e todo tipo de situações sensíveis. Entre as revelações mais marcantes estão a ordem dos EUA para que seus funcionários espionassem a ONU e a definição da Rússia como um “estado mafioso”, vinculado a atividades como tráfico de armas, lavagem de dinheiro, enriquecimento pessoal, subornos e desvios de dinheiro (CRUZ, 2012).

Tendo isso em vista, é pontual examinar a postura estadunidense quanto à transparência de informações previamente e posteriormente às divulgações diplomáticas do Wikileaks. Em

um discurso feito em Xangai em 2009, o então presidente Barack Obama proferiu: “Eu penso que o quão mais livremente a informação flui, mais forte a sociedade se torna, pois dessa forma os cidadãos de vários países ao redor do mundo podem responsabilizar seus governos” (BRANIGAN, 2009, tradução nossa). Ademais, em janeiro de 2010, a secretária de Estado Hillary Clinton deu um discurso recheado de elogios quanto à liberdade na internet e como a disseminação de redes de informação estariam formando um novo “sistema nervoso para o nosso planeta” (PIETERSE, 2012, p. 1909).

Entretanto, após a exposição do Wikileaks, a resposta oficial inicial de Washington foi que se tratava de uma grande violação de segurança e de informações classificadas, e que as regras de abertura não se valiam neste caso por serem informações “roubadas”. Depois que o material havia circulado e divulgado amplamente nos principais jornais, os EUA passaram a banalizar as divulgações como menores e sem importância, e alguns segmentos da mídia estadunidense – até mesmo os inclinados à esquerda política – responderam ao caso hostilmente e desdenhosamente (LEIGH; HARDING, 2011).

O site foi disseminado como “organização terrorista estrangeira” e alguns canais de direita conservadora estadunidense pediram a morte de Julian Assange (ASSANGE, 2013). O WikiLeaks passou a sofrer um boicote de empresas como Paypal, Bank of America, MasterCard e Amazon, com fechamento de contas e domínios, impedimento de movimentações financeiras e remoção de servidores, além de ter tido sucessivos ataques de serviços de inteligência contra a organização (ROBERTS, 2011). Isso mostra a inconsistência em relação à transparência e democracia nos Estados Unidos.

Segundo o autor Žižek (2011):

A única coisa surpreendente sobre as revelações do WikiLeaks é que elas não contêm surpresas. Não aprendemos exatamente o que esperávamos aprender? A verdadeira perturbação estava no nível das aparências: não podemos mais fingir que não sabemos o que todo mundo sabe que conhecemos. Esse é o paradoxo do espaço público: mesmo que todo mundo conheça um fato desagradável, dizê-lo em público muda tudo... A verdade liberta sim, mas não esta verdade⁸ (ZIZEK, 2011, p. 9-10, tradução nossa).

Por conseguinte, pode-se citar para exemplificação do por que dessas atitudes dos EUA, a questão do Paquistão, que também entra nos efeitos colaterais do Wikileaks, no que tange as excursões militares dos EUA nas regiões autônomas desse em busca da al-Qaeda e do Talibã

⁸ *The only surprising thing about the WikiLeaks revelations is that they contain no surprises. Didn't we learn exactly what we expected to learn? The real disturbance was at the level of appearances: we can no longer pretend we don't know what everyone knows we know. This is the paradox of public space: even if everyone knows an unpleasant fact, saying it in public changes everything. . . Truth liberates, yes, but not this truth.* (ZIZEK, 2011, p. 9-10)

afegão. Nessas excursões, os militares estadunidenses realizaram vários ataques com drones matando civis. Esses ataques foram condenados mais de uma vez pelo governo paquistanês, porém essas condenações foram tomadas por muitos como superficiais, pois os ataques eram feitos com sanções governamentais apesar de não poderem ser admitidas publicamente. As divulgações do Wikileaks confirmaram esta cumplicidade, o que reforçou campanhas antigovernamentais no Paquistão e um alto sentimento anti estadunidense (PIETERSE, 2012).

Uma situação similar aplicou-se ao Iêmen, que por meio dos documentos do Wikileaks soube-se que o governo se beneficiava dos drones estadunidenses bombardeando insurgentes da al-Qaeda no país, à medida que os EUA deviam manter a versão de que os ataques eram realizados pelas forças iemenitas. No Haiti, as divulgações mostraram a manipulação e a administração agressiva dos EUA para com o país, com forte supervisão da polícia haitiana e dos militares das Nações Unidas presentes na missão de estabilização da ONU, com táticas invasivas como forma de garantir os interesses corporativos estadunidenses no país (PIETERSE, 2012).

Em 2013, outro grande vazamento de dados abalou as relações estadunidenses, onde Edward Snowden, um ex-funcionário da Agência de Segurança Nacional (NSA), revelou com a ajuda do Wikileaks que o governo dos EUA espionava e monitorava a população civil e até mesmo comunicações de outros governos através ligações telefônicas e e-mails de serviços de empresas americanas como Google, Yahoo, e Facebook. Esse fato gerou indignação de boa parte da comunidade internacional, que exigiu explicações e convocou embaixadores americanos para reuniões nos países afetados (ENTENDA..., 2013).

Diante disso, revelou-se que mais de 35 líderes mundiais foram espionados, o que criou tensão e desconfiança nos vínculos com as nações aliadas estadunidenses, enquanto o governo do presidente Barack Obama afirmava que desconhecia a existência de tal programa de vigilância global. Um desses países espionados foi o Brasil, o que causou a indignação da então presidente Dilma Rouseff, resultando no cancelamento de sua visita agendada à Washington e em sua dura condenação das ações de espionagem dos EUA na Assembleia Geral das Nações Unidas (DILMA..., 2013).

Ademais, à época das eleições presidenciais dos Estados Unidos em 2016, o Wikileaks liberou uma série de e-mails comprometedores da então candidata a presidência Hillary Clinton, cobrindo uma série de assuntos desde suborno até insultos a recém-parceiros comerciais. Nesses e-mails havia também os do seu acessor e ex-conselheiro de Obama, John Podesta, que revelaram a participação do grupo empresarial financeiro Citigroup na formulação da administração do governo de 2008 (WIKILEAKS, 2016).

Por fim, pode-se citar o caso da nação mais mencionada nos telegramas revelados em 2010: o Iraque. As informações sobre as forças armadas estadunidenses matando civis e os abusos de poder delas, comprometeu a legitimidade da presença militar dos EUA no país (PIETERSE, 2012). É possível até argumentar em torno das divulgações, se elas tiveram participação ou não para o fim efetivo da guerra no Iraque no fim de 2011, o que será analisado na próxima seção deste presente trabalho.

Portanto, vê-se o surgimento do Wikileaks e suas divulgações como um novo ator transnacional no cenário internacional, e argumenta-se o seu impacto nas políticas estadunidenses e nas suas relações bilaterais. Assim, mesmo que seja possível notar a inconstância da posição americana quanto à transparência de informações quando o país está no centro da problemática, percebe-se certa influência da organização nas ideias e na opinião pública no cenário internacional.

4 GUERRA NO IRAQUE E O WIKILEAKS

Os atentados terroristas, promovidos pela rede al Qaeda, em 11 de Setembro de 2001 nos EUA marcaram uma mudança na política externa do, até então, presidente George W. Bush. No mesmo dia dos ataques, membros do alto escalão do governo já deduziram seu significado, reforçando a visão de mundo neoconservadora e hegemônica da administração do presidente (DUQUE, 2008). Segundo Daalder e Lindsay (2003):

O 11 de setembro confirmou muito do que Bush já acreditava: o mundo era um lugar perigoso. Terroristas empenhados em fazer o mal não foram impedidos por um sorriso e uma mão aberta, mas por determinação implacável e um punho fechado. Acordos e instituições internacionais não podiam proteger o povo americano; somente o poderio das forças armadas americanas poderia (...) E enquanto os terroristas pudessem ser descritos como "apátridas", eles dependeriam em última instância de regimes como o Talibã para operar (DAALDER; LINDSAY, 2003, p.78-9, tradução nossa).⁹

Com isso, deu-se início a uma campanha militar estadunidense em resposta aos atentados de 11 de Setembro, denominada Guerra ao Terror, parte de uma estratégia global contra o terrorismo (DUQUE, 2008). O Iraque se tornou um alvo, classificado como parte do “eixo do mal” de países globais de acordo com o discurso de Estado da União de Bush em

⁹ “September 11 confirmed much of what Bush already believed: The world was a dangerous place. Terrorists bent on doing harm were not stopped by a smile and open hand, but by grim determination and a closed fist. International agreements and institutions could not protect the American people; only the might of the American military could (...) And while terrorists might be described as “stateless”, they ultimately depend on regimes like the Taliban to operate” (DAALDER; LINDSAY, 2001, p. 78-9).

2002: “O Iraque continua a exibir sua hostilidade frente à América e a apoiar o terrorismo. O regime iraquiano planeja há mais de uma década desenvolver antrax, gás nervoso e armas nucleares” (GUERRA..., 2018).

Dessa maneira, sob os pretextos de que o Iraque sob o regime de Saddam Hussein era uma ameaça aos EUA e seus aliados, além de alegações de que o país possuía armas de destruição em massa, uma coalizão liderada pelos estadunidenses invadiu o território iraquiano em 20 de Março de 2003. Deu-se então o início da guerra do Iraque, mesmo com protestos anti-guerra ao redor do mundo e com a falta da autorização da ONU. A promessa dos EUA era de que seria uma intervenção rápida, com o objetivo de recuperar as armas de destruição em massa e de substituir a ditadura pela democracia, derrubando o líder Saddam Hussein (DUQUE, 2008).

Ao todo, a guerra durou oito anos, do período de 2003 à 2011, o que se faz relevante expor a cronologia dos fatos. O começo da invasão em março de 2003 chegou com um pesado bombardeamento aéreo nas principais cidades do Iraque, em especial Bagdá. Em menos de um mês, a coalizão aliada conseguiu dominar o exército iraquiano, e no fim de 2003 capturou o presidente Saddam Hussein – este que seria julgado e executado três anos mais tarde – na operação *Red Dawn* (AUGUSTYN, 2019).

Entretanto, em 2004, com o vácuo de poder causado pela captura de Saddam, uma onda de violência sectária baseada na rivalidade religiosa entre xiitas e sunitas levou o Iraque à uma grave guerra civil. As forças contra a ocupação ocidental se fortaleceram, e grupos como a al Qaeda expandiram suas atividades, aumentando a intensidade do conflito. Essa intensidade só foi crescendo até 2005, que apesar de ter sido o ano das primeiras eleições legislativas e esperava-se certa calma devido à isso, foi um dos anos mais sangrentos (RICKS, 2006).

Em 2006, os violentos combates continuam e no final do ano há a execução do presidente capturado Saddam Hussein. Na virada para 2007, alguns países aliados começaram a abandonar a coalizão ocidental como a Inglaterra, o que fez com que os EUA aumentassem sua presença militar no país ao longo do ano. Já em 2008, em decorrência do aumento das forças estadunidenses no ano anterior, os oficiais estadunidenses começaram a ver melhorias na situação e insurgência iraquiana começou a perder força (RICKS, 2006).

Ainda nesse ano de 2008, as eleições aconteciam nos EUA, e Obama advogava a necessidade de retirar as tropas do Iraque e focar recursos e esforços no restante do Oriente Médio, em países como o Irã e o Afeganistão (LIMA, 2012). De acordo com acordos prévios na era Bush, era previsto o começo da transferência de responsabilidade de segurança dos estadunidenses para forças nacionais de defesa neste ano, mas foi só em dezembro de 2008

que os governos dos EUA e do Iraque assinaram o acordo *US- Iraq Status of Forces Agreement*. Nesse acordo estabelecia-se a retirada das tropas do território iraquiano a partir de 30 de Junho de 2009, e a evacuação completa se daria em 31 de Dezembro de 2011 (WHITE HOUSE, 2008).

Além disso, o acordo também limitava o uso das forças estadunidenses, onde elas não poderiam prender alguém por mais de 24 horas sem uma acusação formal, e exigir mandatos de busca em casos de inspeções em casas de civis iraquianos (WHITE HOUSE, 2008). Todavia, o pacto não deixou todos felizes, vários grupos políticos iraquianos protestaram contra por meio de manifestações em Bagdá, alegando que este apenas prolongava e legitimava a estadia dos EUA no país (ROBERTSON, 2008).

Desse modo, em 2009, deu-se início à entrega do controle de algumas cidades e à retirada da coalizão em meio a protestos anti-estadunidenses por parte da população iraquiana em todo o país. Em 2010, a presença militar dos EUA começa a se dismantelar e as forças de segurança do Iraque assumem o controle, apesar de alguns atos de violência voltarem a emergir. Por fim, em 2011, cerca de 15 soldados dos EUA foram mortos em atentados entre janeiro e julho – o maior número de mortos desde 2009 –, porém em dezembro, depois de oito anos de conflito, as forças estadunidenses se retiram por completo (JUNE..., 2011; RICKS, 2006).

Por conseguinte, dada esta cronologia, pode-se argumentar em volta do papel do Wikileaks neste caso. Como citado anteriormente neste trabalho, o site Wikileaks foi criado em 2006, e ganhou notoriedade em 2010, após a divulgação de inúmeros documentos sensíveis sobre o Iraque, editados em parceria com grandes jornais como El País e The Guardian. Todavia, alguns desses documentos já haviam sido divulgados previamente em novembro de 2007 sem edição, seguindo o propósito ciberativista do canal de ser transparente publicando as informações e deixando a cargo da população a interpretação e a exigência de decisões por parte de seus governos (ROBERTS, 2011).

Essa visão do Wikileaks encontrou um obstáculo, pois a quantidade de documentos era muito extensa e complexa de entender para a sociedade civil, com forte linguagem e jargões militares. Dessa maneira, os documentos não encontraram grande popularidade no final de 2007, apesar de apresentarem manuais militares estadunidenses de contra insurgência, onde descreviam técnicas para impedir a derrubada de governos aliados aos EUA, e algumas revelações sobre abusos e crimes de guerra pelas tropas estadunidenses no Iraque (ROBERTS, 2011). Paralelamente, após essas divulgações, o acordo *US- Iraq Status of Forces Agreement* foi firmado em dezembro de 2008 – ainda que fosse uma decisão que já

vinha em vista dos países por um bom tempo -, definindo as datas de saída das tropas e colocando limites e regras nas ações delas.

Tendo isso em conta, em 2009 vários protestos anti estadunidenses emergiram pela comunidade iraquiana, especialmente em Bagdá por ser o aniversário de seis anos da ocupação da capital, onde os manifestantes exigiam a saída imediata das tropas (ABBAS; KAMI, 2009). Assim, em outubro de 2010, mais documentos foram revelados e ganharam notoriedade no cenário internacional, reeditados de maneira jornalística – ou seja, estudados, interpretados, e organizados em uma história – para a melhor compreensão do público.

Segundo o autor Roberts (2011), um exemplo disso foi o lançamento do vídeo do ataque do helicóptero das forças estadunidenses matando civis, incluindo dois jornalistas da Reuters e crianças, em Bagdá. Intitulado de “Efeito Colateral” e apresentado numa coletiva de imprensa em Washington por Julian Assange, junto com o vídeo acompanhava o corpo da notícia elucidando o acontecido:

O WikiLeaks divulgou um vídeo militar dos Estados Unidos que descreve o assassinato indiscriminado de mais de uma dúzia de pessoas no subúrbio iraquiano de Nova Bagdá - incluindo dois funcionários de notícias da Reuters. [...] O vídeo, tirado de um helicóptero Apache, mostra claramente o assassinato não-provocado de um funcionário ferido da Reuters e seus salvadores. Duas crianças pequenas envolvidas no resgate também foram seriamente feridas. Os militares não revelaram como os funcionários da Reuters foram mortos e afirmaram que não sabiam como as crianças ficaram feridas (WIKILEAKS, 2010a, tradução nossa).¹⁰

O significado do vídeo e das divulgações foi captado pela sociedade civil transnacional, e as centenas de documentos ressaltando os abusos de direitos humanos e as torturas que as tropas estadunidenses deixavam passar despercebidas, ganharam visibilidade. Por exemplo, um dos relatórios documenta um frago, denominação dada quando se refere à “ordem fragmentária” de um requisito complexo, que ordena as tropas da coalizão ocidental a não investigar qualquer violação das leis dos conflitos armados – como abuso de detidos –, a menos que envolva diretamente membros da coalizão (DAVIES, 2010). Segundo esse relatório:

¹⁰ “WikiLeaks has released a classified US military video depicting the indiscriminate slaying of over a dozen people in the Iraqi suburb of New Baghdad -- including two Reuters news staff. (...)The video, shot from an Apache helicopter gun-sight, clearly shows the unprovoked slaying of a wounded Reuters employee and his rescuers. Two young children involved in the rescue were also seriously wounded. The military did not reveal how the Reuters staff were killed, and stated that they did not know how the children were injured” (WIKILEAKS, 2010a).

Per MNCI (*Multinational Coalition-Iraq*) FRAGO 242, somente um relatório inicial será feito para aparente violações de LOAC (*Laws of Armed Conflict*) por ou contra militares aliados ou pessoal civil que não envolva as forças dos EUA. Nenhuma investigação será necessária, a menos que seja dirigida pelo HHQ (*High Headquarters*) (WIKILEAKS, 2010b, tradução nossa).¹¹

Dessa maneira, o frago 242 deu abertura para que centenas de casos de tortura e abusos fossem negligenciados por serem cometidos alegadamente por iraquianos no Iraque. Como o caso em que soldados estadunidenses ao inspecionar uma base do exército iraquiano encontraram um detento com hematomas profundos nos olhos e pescoço que dizia ter sido eletrocutado, e, ao questionarem os colegas militares iraquianos, eles informaram que o homem recebeu os ferimentos ao tentar escapar e o caso foi encerrado (DAVIES, 2010; LEIGH; OKANE, 2010).

Em outro relatório, apresentavam-se imagens que as forças dos EUA haviam recebido de uma dúzia de soldados do exército iraquiano executando um detento na rua, e o incidente foi marcado como fechado também. Em muitos dos relatórios, as forças estadunidenses pareciam não prosseguir com o assunto porque não havia alegações de que as forças da coalizão estavam envolvidas, assinando com: “Como as forças da coalizão não estavam envolvidas no suposto abuso, nenhuma investigação adicional é necessária” (DAVIES, 2010, WEISSENSTEIN; SATTER, 2010).

Contudo, as forças dos EUA deviam ter tomado medidas razoáveis para impedir ou prevenir os abusos, já que como política geral das tropas estadunidenses há a obrigatoriedade de denunciar qualquer abuso que testemunhassem a seus superiores. Uma vez denunciado, os EUA compartilhariam as informações com o governo iraquiano que tomariam providências. Além disso, os relatórios também documentam civis iraquianos contratados pelos militares estadunidenses para atirar em carros que chegavam perto de seus comboios, e mostram detalhes sobre as mortes de civis inocentes (WEISSENSTEIN; SATTER, 2010).

Assim, levantando todos os dados revelados por meio dos documentos divulgados pelo Wikileaks, o número de mortes de civis não declaradas era de 15.000, o que subiria a contagem oficial dos militares estadunidenses de 107.369 civis para mais de 122.000 civis (CARPENTER; FULLER; ROBERTS, 2013). Isto posto, vários desses arquivos eram classificados secretos pelos EUA com reticência em relação à opinião pública, uma vez que

¹¹ “Per MNCI FRAGO 242, only an initial report will be made for apparent LOAC violations by or against allied military or civilian personnel not involving US forces personnel. No further investigation will be required unless directed by HHQ” (WIKILEAKS, 2010b).

vinham acompanhados da legenda: "Eventos que podem produzir reação política, da mídia ou internacional" (WIKILEAKS..., 2010).

Desse modo, analisa-se as decisões do Iraque após as divulgações reformuladas de 2010, que logo nesse ano começou a acelerar a reforma de suas forças armadas por meio de seu Ministério de Defesa, comprando mais de 100 milhões de dólares em novos equipamentos militares (OVER..., 2010). Ademais, logo no começo de 2011, atentados foram feitos contra as tropas estadunidenses no Iraque deixando soldados mortos, culminando no fim do ano na retirada completa dos EUA do território.

Assim, para melhor ilustração desse paralelo da cronologia da divulgação dos documentos pelo Wikileaks e das atividades referentes aos EUA e ao Iraque, tem-se a tabela a seguir:

Quadro 1 – Paralelo da cronologia das divulgações e acontecimentos

Data	Acontecimento
Novembro de 2007	Divulgação do Wikileaks dos documentos sobre a guerra no Iraque sem edição
Dezembro de 2008	Firmado o acordo <i>US- Iraq Status of Forces Agreement</i> para retirada e limitação de ações das tropas estadunidenses
Abril de 2009	Protestos anti estadunidenses pelo Iraque
Outubro de 2010	Divulgação do Wikileaks dos documentos sobre a guerra no Iraque com edição e com ainda mais conteúdo, ganhando visibilidade
Novembro de 2010	Compra de equipamentos militares pelo Iraque como parte do plano de reforma das suas Forças Armadas
Janeiro a Julho de 2011	Atentados contra soldados estadunidenses no Iraque
Dezembro de 2011	Retirada de todas as tropas estadunidenses por completo do Iraque

Fonte: Elaborado pelo autor

Destarte, pode-se também analisar se as divulgações dos documentos referentes ao Iraque tiveram alguma participação na retirada das tropas e no fim da guerra. Tendo isso em vista, é dado que ao final de 2007, a perspectiva estadunidense quanto à guerra já havia sofrido uma mudança, posto que o conflito já durava há mais tempo para os EUA que sua participação na Segunda Guerra Mundial. Essa duração prolongada evidenciava que os efeitos almejados não estavam sendo alcançados, além dos grandes gastos financeiros e humanos (LIMA, 2012).

Ademais, em 2008, Barack Obama começou seu mandato como presidente nos EUA, e uma de suas promessas de campanha era a retirada das tropas do Iraque e concentração de recursos no restante do Oriente Médio (LIMA, 2012). No mesmo período, houve o vazamento de documentos pelo Wikileaks relatando os abusos cometidos na presença das tropas estadunidenses. Desta forma, no fim desse ano foi assinado o acordo que já vinha se mostrando necessário e desejado pelas nações, estipulando as datas de retirada das forças estadunidenses e impondo limites às operações delas pelos iraquianos.

Em 2009, com o início das retiradas de algumas cidades, vários protestos anti estadunidenses eclodiram pelo Iraque. Já em 2010, os mais de 400 mil relatos de campo da Guerra do Iraque ganharam visibilidade, à medida que o Iraque acelerava seus esforços de reforma de seu próprio exército. Porém, é visto que a reforma das forças armadas iraquianas já era prevista no acordo de 2008 para que eles tivessem sua independência em poder controlar suas situações domésticas, além de que a compra dos armamentos foi toda feita de empresas estadunidenses, o que beneficiou o comércio entre os países.

No início de 2011, os soldados estadunidenses tiveram várias baixas por conta de atentados feitos contra eles no território iraquiano, mais uma vez fruto do sentimento anti estadunidense que espreitava desde o começo de 2008. Assim, no fim de 2011 a guerra foi encerrada e as tropas retiradas por completo. Logo, pode-se dizer que o fim já vinha sendo esperado e acordado entre as nações por um bom tempo, e as revelações do Wikileaks não foram um grande fator decisivo para tal. Todavia, é interessante ressaltar sua participação, mesmo que ponderada, que teve certa influência na opinião pública, uma vez que os ataques às tropas estadunidenses ficaram mais pontuais.

5 CONCLUSÃO

Diante do exposto ao longo deste trabalho, pode-se indagar afinal: o Wikileaks teve algum efeito sobre as relações exteriores dos Estados Unidos? É observado que a organização se encaixa em seu papel de ator transnacional e ciberativista, servindo como um espaço de mediação para os membros da sociedade civil, engajando conscientização, e influenciando ideias, interesses, e preferências através da divulgação de informações.

Em vista disso, o Wikileaks se baseia na liberdade e transparência das informações, mas depende da indignação da população para que essa demande mudanças. Isso equilibra seu nível de influência, uma vez que sua repercussão variará de acordo com as identidades

coletivas ou crenças preexistentes. Nos EUA, os vazamentos de 2010 tiveram repercussão, mas não tão grande quanto Julian Assange, criador do Wikileaks, esperava já que almejava-se uma indignação a ponto dos cidadãos estadunidenses exigirem ações políticas. Assim, no fim, o que foi divulgado eram apenas notícias que a população já suspeitava e estava preparada para tolerar (ROBERTS, 2011).

Entretanto, o site foi bem sucedido em criar um senso de instabilidade e ansiedade, visto a retaliação que recebeu dos EUA através de boicotes de variadas empresas, impedimentos de movimentações financeiras, remoção de servidores, ataques de serviços de inteligência, e vários processos judiciais contra a organização e às pessoas associadas a ela. Isso joga luz no paralelismo do discurso estadunidense, dado que o país sustenta princípios de liberdade de informação e de disseminação dessas em redes, porém, sua resposta ao Wikileaks e seus documentos foi hostil.

No que tange as relações bilaterais dos EUA, é verificado que as divulgações criaram certa tensão e constrangimento para o país, contribuindo para o sentimento anti estadunidense à época, como nos casos citados do Paquistão, Iêmen, Haiti, e Brasil. Todavia, não houve maior inquietação ou grave consequência para a política externa estadunidense em relação a esses casos.

Dessa maneira, pode-se também analisar se as divulgações dos documentos referentes ao Iraque tiveram alguma participação na retirada das tropas e no fim da guerra. Foi visto que a decisão de retirada das tropas e o fim da guerra era um veredito que os dois países já ansiavam independente das divulgações, os EUA em decorrência da mudança de governo e a necessidade de contenção de gastos e o Iraque em vista de reestabelecer sua soberania no seu território. Por conseguinte, é possível notar a elasticidade das datas dos acontecimentos e observar que o Wikileaks não obteve uma influência direta neste caso. Contudo, vê-se uma influência indireta ao passo que suas divulgações dos abusos e torturas possibilitaram uma mobilização da opinião pública acerca do caso, o que acarretou em um sentimento anti estadunidense substancializado em manifestações e atentados contra as tropas estadunidenses.

Assim, o ciberativismo do Wikileaks contribui para a transparência das informações, o que concede à população uma oportunidade para a redefinição de suas opiniões, e em consequência, do exercício de sua cidadania (PIETERSE, 2012). Isso tudo é propiciado pela globalização que trouxe vantagens ao sistema e forneceu espaços de mediação, como a organização Wikileaks, proporcionando uma condição para a formação de sociedades civis transnacionais.

Contudo, é importante ressaltar que essa maior comunicação e interconexão também pode propiciar uma via inversa, que é a maior vigilância por parte dos Estados. As informações podem ser usadas à vantagem deles para manipulação e influencia de ideias. Mas, mesmo assim, apesar dessa vigilância, as comunicações via internet possibilitaram milhões de pessoas a chegarem a um consenso rapidamente. E, sendo possível passar muito rápido de uma posição normal para uma nova posição de consenso em massa, o Estado consegue ver o desenvolvimento dessa mudança, mas não tem tempo para uma reação eficaz (ASSANGE, 2013).

Portanto, conclui-se que o Wikileaks no caso das relações exteriores dos Estados Unidos, e em especial na Guerra do Iraque, não teve um impacto substancial nas consequências que se seguiram, no entanto, não deve ser diminuído de sua relevância enquanto ator transnacional. De modo que é próspero em seu papel ciberativista, oferecendo um espaço simbólico de mediação para a construção da autonomia tanto individual quanto coletiva da sociedade. Logo, pode influenciar as ideias e opiniões, à medida que seu nível de influência sujeita-se à identidades coletivas e à conjuntura de acontecimentos nos cenários domésticos e internacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABBAS, Mohammed; KAMI, Aseel. **Six years on, huge protest marks Baghdad's fall**. Baghdad, 2009. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/idUSL9277070>. Acesso em: 29 maio 2019.
- ASSANGE, Julian. **Cypherpunks: liberdade e o futuro da internet**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- AUGUSTYN, Adam. **Iraq War**. [s.l.]. 2019. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Iraq-War>. Acesso em: 20 maio 2019.
- BAKER, Gideon; CHANDLER, David. **Global Civil Society: contested futures**. London And New York: Routledge, 2005.
- BÉLAND, Daniel; ORENSTEIN, Mitchell. How do transnational policy actors matter? *In: ANNUAL MEETING OF THE RESEARCH COMMITTEE OF THE INTERNATIONAL SOCIOLOGICAL ASSOCIATION*, 19., 2009, Montreal. **Paper**. Montreal: [s.n.], 2009. p. 1 - 35.
- BRANIGAN, Tania. **Barack Obama criticises internet censorship at meeting in China**. Beijing, 2009. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2009/nov/16/barack-obama-criticises-internet-censorship-china>. Acesso em: 15 abr. 2019.
- CAPUTO, Marta Vieira. **Comunicação e Ciberativismo: Boicotes: novas práticas para o exercício da cidadania**. 2008. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, 2008.
- CARPENTER, Dustin; FULLER, Tova; ROBERTS, Les. WikiLeaks and Iraq Body Count: the Sum of Parts May Not Add Up to the Whole: A Comparison of Two Tallies of Iraqi Civilian Deaths. **Prehospital And Disaster Medicine**, [s.l.], v. 28, n. 3, p.223-229, 7 fev. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1017/s1049023x13000113>. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/prehospital-and-disaster-medicine/article/wikileaks-and-iraq-body-count-the-sum-of-parts-may-not-add-up-to-the-wholea-comparison-of-two-tallies-of-iraqi-civilian-deaths/93585802BA9EA65288321F492CA47A43>. Acesso em: 15 maio. 2019.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 497 p.
- CRUZ, Carole Ferreira da. Ciberativismo planetário: revelações sobre a parceria entre o WikiLeaks e a mídia internacional. **Cadernos do Tempo Presente**, São Cristóvão, v. 07, n. 2, p.1-7, jan. 2012.
- CRUZ, Carole Ferreira da. Ciberativismo: a guerra da WikiLeaks contra os segredos de Estado. **Em Tese: Revista eletrônica dos Pós Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p.90-95, jul. 2012.

DAALDER, Ivo H.; LINDSAY, James M. **America Unbound: The Bush Revolution in Foreign Policy**. Washington: Brookings Institution, 2003.

DAVIES, Nick. **Iraq war logs: Secret order that let US ignore abuse**. [S.l.]. 2010. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2010/oct/22/iraq-detainee-abuse-torture-saddam> . Acesso em: 25 maio 2019.

DILMA diz na ONU que espionagem fere soberania e direito internacional. 2013. São Paulo. In: **G1**. São Paulo. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/09/dilma-diz-na-onu-que-espionagem-fere-soberania-e-direito-internacional.html>. Acesso em: 15 abr. 2019.

DUQUE, Marina Guedes. **A teoria da securitização e o processo decisório da estratégia militar dos Estados Unidos na Guerra do Iraque**. 2008. 181 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

ENTENDA o caso de Edward Snowden, que revelou espionagem dos EUA. São Paulo. 2013. In: **G1**. São Paulo. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/07/entenda-o-caso-de-edward-snowden-que-revelou-espionagem-dos-eua.html>. Acesso em: 10 abr. 2019.

ESTOP, Juan Domingo Sánchez. WikiLeaks. **Cultural Studies: Critical Methodologies**, [s.l.], v. 14, n. 1, p.40-49, 21 out. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/1532708613507888>. Disponível em: Acesso em:

FLORINI, Ann M.. **The Third Force: The Rise of Transnational Civil Society**. Washington: Carnegie Endowment For Int'l Peace, 2000. 295 p.

GUERRA do Iraque, 15 anos depois: as frases-chave que justificaram o conflito. [S.l.]. 2018. In: **BBC NEWS**. [S.l.]. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43479249>. Acesso em: 02 maio 2019.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. 2. ed. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro: 2003

IRAQ war logs: When torture becomes routine. [S.l.]. 2010. In: **THE GUARDIAN**. [S.l.]. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2010/oct/26/editorial-wikileaks-iraq-war-logs>. Acesso em: 24 maio 2019.

JERVIS, Robert. Reports, politics, and intelligence failures: The case of Iraq. **Journal Of Strategic Studies**, [s.l.], v. 29, n. 1, p.3-52, fev. 2006. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/01402390600566282>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01402390600566282>. Acesso em: 15 maio. 2019.

JUNE bloodiest month for U.S. in Iraq in 2 years. 2011. In: **CBS NEWS**. [S.l.]. Disponível em: <https://www.cbsnews.com/news/june-bloodiest-month-for-us-in-iraq-in-2-years/>. Acesso em: 22 maio 2019

KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. **Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics**. Ithaca And London: Cornell University Press, 2014. 242 p.

LEIGH, David; HARDING, Luke. **WikiLeaks: a guerra de Julian Assange contra os Segredos de Estado**. Campinas: Verus, 2011.

LEIGH, David; O'KANE, Maggie. **Iraq war logs: US turned over captives to Iraqi torture squads**. 2010. In: THE GUARDIAN. [S.l.]. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2010/oct/24/iraq-war-logs-us-iraqi-torture>. Acesso em: 22 maio 2019.

LIMA, Bernardo Pires de. Obama e o Iraque de guerra maldita a aliado perdido?. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 34, p. 21-38, jun. 2012. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992012000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 24 maio 2019.

MERLE, Marcel. **Sociologia das relações internacionais**. Trad. Yvonne Jean. Brasília: UnB, 1981. 384 p.

MILAN, Stefania. WikiLeaks, Anonymous, and the Exercise of Individuality: Protesting in the Cloud. In: BREVINI, Benedetta; HINTZ, Arne; MCCURDY, Patrick. **Beyond WikiLeaks: Implications for the Future of Communications, Journalism and Society**. Londres: Palgrave Mcmillan, 2013. p. 191-208.

OLIVEIRA, Rafael Santos de. **A mídia como ator emergente das Relações Internacionais: seu protagonismo no uso de soft power frente aos desafios das mudanças climáticas**. 2010. 419 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

OLSSON, Giovanni. **O fenômeno da globalização e o novo cenário dos atores das Relações Internacionais**. 2001. 200 f. Monografia (Especialização) - Curso de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

OVER \$100m New Arms Sales to Iraq. 2010. In: **IRAQ BUSINESS NEWS**. [S.l.]. Disponível em: <http://www.iraq-businessnews.com/2010/11/30/over-100m-new-arms-sales-to-iraq/>. Acesso em: 02 jun. 2019.

PAGE, Mark; SPENCE, J. E.. Open Secrets Questionably Arrived At: The Impact of Wikileaks on Diplomacy. **Defence Studies**, [s.l.], v. 11, n. 2, p.234-243, jun. 2011. <http://dx.doi.org/10.1080/14702436.2011.590046>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14702436.2011.590046>. Acesso em: 01 dez. 2018.

PIETERSE, Jan Nederveen. Leaking Superpower: WikiLeaks and the contradictions of democracy. **Third World Quarterly**, Santa Barbara, v. 33, n. 10, p.1909-1924, nov. 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/01436597.2012.728324>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01436597.2012.728324>. Acesso em: 22 nov. 2018.

PRICE, Richard. Transnational Civil Society and Advocacy in World Politics. **World Politics**, Cambridge, v. 55, n. 4, p.579-606, jul. 2003.

RICKS, Thomas E. **Fiasco: The American Military Adventure in Iraq**. 3. ed. Londres: Penguin Press, 2006. 482 p.

RISSE, Thomas. Transnational Actors and World Politics. *In*: RISSE, Thomas; CARLSNAES, Walter; SIMMONS, Beth A.. **Handbook of International Relations**. New York: Sage Publications, 2002. p. 335-360.

ROBERTS, Alastair. The WikiLeaks Illusion. **The Wilson Quarterly**, Washington, v. 35, n. 3, p.16-21, jun. 2011.

ROBERTSON, Campbell. **Feelings are mixed as Iraqis ponder U.S. security agreement**. [S.l.]. 2008. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2008/11/28/world/africa/28iht-security.4.18236075.html>. Acesso em: 01 jun. 2019.

VIVES, Tomás Mestre. **La política internacional como política de poder**. Barcelona: Labor Universitaria, 1979.

ŽIZEK, Slavoj. Good Manners in the Age of WikiLeaks. *London Review of Books*. [S.l.], v. 33 n. 2 p. 9-10, 2011. Disponível em: <https://www.lrb.co.uk/v33/n02/slavoj-zizek/good-manners-in-the-age-of-wikileaks>. Acesso em: 23 abr. 2019.

WEISSENSTEIN, Michael; SATTER, Raphael G.. **Iraq war leaks: No U.S. investigation of many abuses**. Londres. 2010. Disponível em: <https://www.washingtontimes.com/news/2010/oct/22/wikileaks-plans-major-announcement-europe/>. Acesso em: 22 maio 2019.

WENDT, A. Anarchy is What States Make of It: The Social Construction of Power Politics. *International Organization*. [S.l.], v. 46, n. 2, Spring 1992, p. 391-425.

WHITE HOUSE. **Agreement Between the United States of America and the Republic of Iraq On the Withdrawal of United States Forces from Iraq**. Washington. 2008. Disponível em: http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/infocus/iraq/SE_SOFA.pdf. Acesso em: 21 maio 2019.

WILLETTS, Peter. Transnational actors and international organizations in global politics. *In*: BAYLIS, John; OWENS, Patricia; SMITH, Steve. **The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations**. 2. ed. Oxford And New York: Oxford University Press, 2001. p. 356-383.

WIKILEAKS. **About**. 2013. Disponível em: <https://wikileaks.org/>. Acesso em: 05 nov. 2018.

WIKILEAKS. **Collateral Murder**. 2010a. Disponível em: <https://collateralmurder.wikileaks.org/>. Acesso em: 10 maio 2019.

WIKILEAKS: EUA ocultaram documentos da guerra no Iraque por medo da opinião pública. 2010. São Paulo. *In*: **G1**. São Paulo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/wikileaks-eua-ocultaram-documentos-da-guerra-no-iraque-por-medo-da-opinioao-publica-2934397>. Acesso em: 25 maio 2019.

WIKILEAKS. **Hillary Clinton Email Archive**. 2016. Disponível em:
<https://wikileaks.org/clinton-emails/>. Acesso em: 10 abr. 2019.

WIKILEAKS. **Iz on Iz detainee abuse incidents ivo iskandariyah**: 4 civ inj, 0 cf
inj/damage. 2010b. Disponível em:
<https://wikileaks.org/irq/report/2005/06/IRQ20050619n2086.html>. Acesso em: 28 maio 2019.